

A

VILA MORETTI: ESTUDO DE CASO



Barbra Candice Southern
Orientador: Adauto Lúcio Cardoso

1999

IPPUR/UFRJ

Curso de Especialização em Planejamento e Uso do Solo Urbano

Título:

Vila Moreti: Estudo de Caso

Subtítulo:

O Programa de Apoio às Populações Desfavorecidas

Barbra Candice Southern

Orientador: Adauto Lúcio Cardoso

1999

ÍNDICE

Introdução	4
Histórico	6
I – O Programa Favela-Bairro e suas propostas metodológicas	9
1.1 – As principais características do projeto	11
1.2 – O que melhorou com o Projeto Favela-Bairro?	11
1.3 – Metodologia do Projeto	12
II – O PAPD e suas propostas metodológicas	12
2.1 – Histórico da ocupação e aspectos culturais (Vila Moretti)	15
2.2 – Características físico-urbanísticas	16
2.3 – A infra-estrutura urbana	19
2.4 – Organização comunitária e atuação de entidades no local	23
2.5 – Problemas e potencialidades da Comunidade	25
2.6 – Propostas de ações integradas	27
III – Conclusão	33
Bibliografia	35

Introdução:

Desde as primeiras décadas deste século, a cidade constrói diferentes imagens sobre as favelas. *"aglomerações desordenadas de vagabundos, desempregados, mulheres e crianças abandonadas, ladrões, bêbados e prostitutas, vivendo em condições subumanas. Feias, prejudicam o pitoresco panorama da cidade, além de desvalorizarem as propriedades vizinhas"*.

Essa visão negativa, embora talvez um pouco piorada atualmente, é o mito dominante sobre o assunto, compartilhada não somente por técnicos estudiosos, como também por diversos setores da população na América Latina, tornando-se mais grave, na medida que também é compartilhada por alguns governantes formuladores de política. Há ainda quem vê as favelas como comunidades em busca de superação, habitada por gente honesta e trabalhadora, que poderiam melhorar se lhes fosse dada a oportunidade, pois estes contribuem para a economia na qualidade de trabalhadores e consumidores, e através da melhoria e crescimento que introduzem em suas casas e terrenos, que na verdade constituem um importante componente da identidade cultural do Brasil.

Existem aqueles que consideram a favela uma consequência natural, ainda que imprópria, do rápido crescimento urbano, reconhecendo que a cidade não consegue crescer a uma velocidade suficiente para gerar emprego e serviços urbanos para todos, vendo neste crescimento uma consequência normal da rápida migração rural.

Finalmente há aqueles que acreditam que essas pessoas precisam ser guiadas, ensinadas e educadas pela boa vontade dos mais afortunados, dentro dos limites do que é possível, sem que se tenha que mudar a estrutura básica da situação. Para tanto, são fomentados então programas políticos e privados como distribuição de alimentos e vestimentas, entre outros, onde os mais merecedores superarão obstáculos e se integrarão à sociedade.

Das muitas visões sobre as favelas, o Programa Favela-Bairro entendeu por ser o privilegiamento da visão local por integração a um maior acesso as facilidades urbanas, visando sempre a melhoria das condições de vida daquelas populações, pela reversão geral do quadro geral de precariedade urbanística, pobreza e violência, nas favelas e periferia, pois além dos aspectos urbanísticos e ambientais passou pelos aspectos econômicos, sociais e políticos.

O Projeto de Apoio às Populações Desfavorecidas surge, então, em parceria com a União Europeia e a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, como projeto Piloto, depois da implantação do Projeto Favela-Bairro - com todas as suas vantagens e desvantagens - propondo a intervenção em cinco Comunidades pequenas, com até, 2.500 habitantes, de realidades bem distintas da cidade do Rio de Janeiro.

Histórico

A cidade do Rio de Janeiro teve desde a sua fundação os seus morros ocupados das mais diferentes formas. Primeiramente a população da cidade se transferiu para o Morro do Castelo buscando segurança contra ataques de índios hostis e invasores franceses. Depois veio a Igreja, que construiu ermidas e mosteiros no topo de alguns morros, além dos escravos que, procurando a liberdade, formavam quilombos nos morros ao redor da cidade. Epidemias assolavam a cidade fazendo com que a população mais rica se refugiasse nos morros mais arejados e salubres que o Centro infestado. Assim, no final do século XIX, alguns morros foram ocupados com a expansão da cidade.

Na primeira década do século XX uma população já considerável, com cerca de 100 famílias, se concentrava no atual Morro da Providência, o que já começava a chamar a atenção das autoridades. As favelas surgiram portanto como uma nova estratégia de sobrevivência dessas camadas mais pobres da população, e continuavam a crescer e a se proliferar, primeiramente nos morros mais próximos e depois nas áreas alagadiças, expandindo-se pela cidade. No Rio de Janeiro, por volta de 1905 existiam cerca de 1000 barracos, e em 1920 esses números mais do que dobraram. Em 1930 se contavam aproximadamente 1500 barracos somente no Morro da Providência. Portanto a população favelada nessa época na cidade era estimada em 200.000 pessoas para um total de cerca de 1.500.000 habitantes!

No final da década de 20, o urbanista francês Alfred Agache, contratado para realizar um projeto de "remodelação, extensão e embelezamento" para a cidade do Rio de Janeiro, apresentou um relatório que incluía um capítulo sobre as favelas. Ele as definia como uma espécie de "Cidade Satélite" de formação espontânea, que escolheu preferencialmente o alto dos morros, composta por uma população meio nômade aversa a toda e qualquer regra de higiene...

"As favelas constituem um perigo permanente de incêndio e infecções epidêmicas para todos os bairros...sua lepra suja a vizinhança das praias e dos bairros mais graciosamente dotados pela natureza; atribui sua origem a certas disposições nos regulamentos das construções e à indiferença manifestada pelos poderes públicos relativamente às habitações da população pobre. "

Recomendava a construção de "Vilas jardins operárias" para onde seriam transferidos os habitantes das favelas, devendo os poderes públicos impedir qualquer construção estável e definitiva nelas.

Mas foi a partir da década de 40 que a favela passou a ser encarada como um problema a ser resolvido. Em 1947 já existiam na cidade 147 favelas com cerca de 71.000 barracos e uma população favelada com cerca de 248.000 pessoas. Vários órgãos foram criados, instituições religiosas e beneficentes intensificaram a atuação nas favelas, estatísticas foram feitas, relatórios produzidos e continuava a preocupação de conhecimento do fenômeno para proposta de soluções. Ao longo do tempo foram definidas duas propostas básicas de atuação: o desfavelamento ou a remoção, incluindo transferência de moradores para outras áreas, com o objetivo de se extinguirem as favelas do espaço urbano, e com uma urbanização que prevesse a permanência dos moradores na área, além de proverem melhorias na infra-estrutura física.

Entre 1960 e 1975 cerca de 140.000 pessoas foram removidas de mais de oitenta favelas para Conjuntos Habitacionais ou Centros de Habitação Provisória (na zona oeste do Rio). Ao longo deste período, se iniciaram movimentos de resistência à remoção, com a criação de Associações de Moradores nas favelas ameaçadas. Muitas remoções foram realizadas com violência, depois da prisão de líderes das A.M.¹, ou através de incêndios criminosos. Em raros casos os moradores conseguiram impedir a remoção na justiça.

A tendência no entanto é surgir uma política relativa às favelas mais comprometidas com soluções sociais e humanas, isto é, a urbanização, onde o significado político eleitoral dessa população representa um papel importante, dando-lhe poder nas decisões de política habitacional. Vários programas de urbanização esbarraram na demanda dos moradores pela posse da terra. Essa urbanização, em alguns casos significou uma "remoção branca", já que como é sabido, a área valorizada provoca a elevação dos aluguéis provocando também a renovação dos moradores.

Como podemos perceber, a "questão favela" na cidade do Rio de Janeiro se agrava a cada dia, isto porque esta questão é muito mais ampla que a exclusão política e social de milhões de habitantes.

¹ Associação de Moradores

O que podemos observar ao longo de todas as soluções tentadas, é que a favela sempre foi enfocada do ponto de vista físico habitacional. As alternativas de intervenção surgidas primeiramente com o Projeto Favela-Bairro² e agora com PAPD³ foram as de estudar e discutir com a comunidade e o Poder Público não meramente um programa de melhorias físico-urbanísticas/ambientais, mas sim um processo no qual se procurasse estruturar e organizar o potencial e a realidade de trabalho local, concorrendo para a melhoria do nível sócio-econômico da população. Tendo como consequência no primeiro caso, a reintegração com o bairro, com a cidade e a cidadania, até agora tão afastada e ausente da população destas comunidades.

² O Projeto Favela-Bairro, juntamente com outros Projetos faz parte do Programa Favela-Bairro.

³ Programa de Apoio às Populações Desfavorecidas.

I - O PROGRAMA FAVELA-BAIRRO E SUAS PROPOSTAS METODOLÓGICAS

O Programa Favela-Bairro não foi um programa isolado, ele era apenas uma pequena parte de um conjunto de programas destinados a melhorar a qualidade de vida das populações que vivem nas favelas, agora Comunidades (bairros) da cidade do Rio de Janeiro.

O Programa Favela-Bairro teve como objetivo, complementar ou construir a estrutura urbana principal de Comunidades, saneando e democratizando espaços e acessos, oferecendo condições ambientais de leitura da favela como um bairro.

Ofereceu ainda condições alternativas de terra infra-estruturada, fosse para empreendedores ou famílias. Os pressupostos do programa designaram a existência de muitas áreas livres e com infra-estrutura que participariam do mercado de terras e assim trariam também muitas possibilidades de aproveitamento de partes dos terrenos ocupados. Potencializando a capacidade de organização e ajuda mútua para a Produção Habitacional por cooperativas.

Para tanto foram elaborados estudos de viabilidade para a ocupação de vazios urbanos, de fraldas de grandes conjuntos desintegrados da malha urbana. Com o aproveitamento de partes de construções ociosas, depois de verificada a viabilidade, foram desenvolvidos projetos exemplares de cada caso para efeito de demonstração.

Foram propostas mudanças de legislação que possibilitassem usos mistos e complementaridade de programas, bem como a cobrança diferenciada de impostos como estímulo à ocupação, e o financiamento de projetos exemplares para execução de forma cooperativa, para efeito de demonstração e construção de novos conjuntos com recursos do SFH através da RIOURBE, dentro das diretrizes da Política Habitacional. Para isso o Programa Favela-Bairro selecionou equipes, através de concurso para atuação no projeto.

O programa Favela-Bairro foi (é) parte integrada da Política Habitacional estabelecida pela Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro. Coordenado pela Secretaria Municipal de Habitação, em parceria com órgãos públicos, a iniciativa privada, a sociedade civil organizada e principalmente os moradores, o programa, aqui no caso a primeira etapa dele, promoveu mudanças profundas em 16 comunidades, como por exemplo:

- estabeleceu intervenções físicas de transformação da qualidade ambiental

- implementou programas de cunho social (através de geração de renda, capacitação profissional, esporte, cultura e lazer, entre outros) para melhoria da qualidade de vida da população ali residente
- permitiu efetiva transformação das favelas em bairros

Dentro do Programa Favela-Bairro existiam vários programas, como o Programa “Morar sem Risco” cujos objetivos eram de eliminar o risco de desabamentos ou inundações em áreas habitadas e reassentar as populações que morassem nestas áreas, quando não fosse possível (ou vantajoso) eliminar o risco. Mapeando as diversas situações, foi possível assim, elaborar projetos para cada situação.

No Programa “Morar Carioca” os objetivos principais eram de ampliar as ofertas de terreno em áreas infra-estruturadas e de interesse da classe média, estimulando a participação de pequenos e médios empresários na produção de moradias e estimular ainda, a formação de Cooperativas Habitacionais.

Reduziu-se assim, as exigências da legislação edilícia e urbanística para pequenos edifícios residenciais, oferecendo estímulos tributários e administrativos para construções baixas e pequenas, estimulando o crescimento da habitação no próprio local, aumentando a unidade e construindo novas unidades no lote.

O Fundo Municipal de Habitação teve como objetivo principal criar recursos especificamente destinados à implantação da política habitacional. Para que a favela fosse incorporada ao tecido urbano e se transformasse em um bairro formal, foram necessárias reformas de base que incluem, além de infra-estrutura básica, a incorporação de valores urbanos da própria cidade, como a democratização dos acessos, a criação de praças e áreas de lazer além de equipamentos públicos e serviços em geral.

O projeto foi implantado a partir de um Projeto Piloto no Complexo do Andaraí, com equipes de técnicos da Prefeitura. Após isto foi realizado um concurso Público de metodologias de Urbanização de Favelas com o Instituto de Arquitetos do Brasil promovido pela IPLANRIO e pela S.M.H⁴. Depois foram classificados os 15 escritórios de arquitetura que atuariam em conjunto com a gerência do programa e técnicos da S.M.H., na elaboração de projetos de urbanização, fiscalização de obras e implementação de programas sociais.

⁴ Secretaria Municipal de Habitação

As áreas escolhidas apresentavam características diversificadas, mas necessidades comuns, como a implantação de sistemas viários, que permitiram o acesso veicular a cada casa, a construção de espaços públicos, de equipamentos públicos na favela, valorizando a relação social da comunidade e o fortalecimento das organizações comunitárias, principalmente as Associações de Moradores.

1.1 - As principais características do projeto

Em áreas de encosta com alto nível de carência, o Projeto Piloto no Complexo do Andaraí, e nos Morros do Escondidinho, Prazeres e Serrinha, foram priorizados a infra-estrutura urbana, o reflorestamento e contenção de encostas num primeiro momento. As áreas de encosta que já tinham sido objetos de intervenções anteriores, apresentavam situação favorável para complementação de obras e implantação de programas sociais a curto prazo⁵. As áreas planas sujeitas a inundações, exigiram intervenção de macro-drenagem e reassentamento de moradores e ainda a implementação de programas sociais a curto prazo, assim como as áreas semi-planas e com alta densidade.

Ainda, foram feitas intervenções no entorno determinantes, que priorizaram a implementação de programas sociais e criação de instrumentos de integração à malha urbana. Esta diversidade de situações e metodologias, ao ser enfrentada, resultou em experiência acumulada para a implementação da segunda etapa do Programa Favela-Bairro, envolvendo outras 50 áreas, que beneficia um total de 300.000 habitantes, enquanto o PAPD beneficiará somente mais ou menos 10.000 habitantes.

1.2 - O que melhorou com o Projeto Favela-Bairro?

Os índices de poluição na Baía de Guanabara, assim como a redução de enchentes na malha urbana, pelas intervenções de água e esgoto efetuadas em 14 áreas do Programa, tendem a diminuir. O micro-clima em seis áreas reflorestadas e as condições de saúde da população, são outros fatores de melhoria, bem como os acessos às Comunidades, pela implantação em

⁵ A diferença principal entre o Programa Favela-Bairro e o PAPD é esta, ao primeiro implantou os programas sociais depois da infra-estrutura urbana e o segundo visa sua implementação tão imediata quanto as obras de melhoria.

caráter prioritário de sistema viário, para a prestação de serviços e convivência comunitária nos espaços públicos com os equipamentos criados. Além da inserção no mercado formal de trabalho, sobretudo de mulheres chefes de família e jovens, e os níveis de organização comunitária para o resgate do direito à cidadania.

1.3 - Metodologia do Projeto

O Projeto Favela-Bairro, contou com uma metodologia na qual cada uma das equipes selecionadas no concurso, aprendeu com as experiências vividas dentro de cada Comunidade.

A proposta era portanto integrar as favelas e a cidade de uma maneira a permitir uma convivência pacífica entre os moradores de ambos os lados. Para tanto, cada equipe ao atuar na sua Comunidade, adotou metodologias diferentes de trabalho, embora com pontos comuns. Por estas equipes é que foram feitos os levantamentos da situação da favela, desde seus termos físico-espaciais, até os sócio-culturais. Os usos e as diferentes formas de apropriação do espaço.

O cadastramento, coleta de dados preliminares, identificação dos grupos e subgrupos e suas respectivas lideranças. Dados históricos, levantamentos tipológicos, qualitativos e quantitativos e das condições físico-ambientais.

Após isto concluído, foi feita uma análise dos dados recolhidos e propostas estratégias de desenvolvimento do trabalho. Instalaram-se assim, postos de ação para acompanhar dentro das Comunidades, o projetos e solucionar problemas que surgissem no local.

II – O PROGRAMA DE APOIO ÀS POPULAÇÕES DESFAVORECIDAS E SUAS PROPOSTAS METODOLÓGICAS

O Programa de Apoio às Populações Desfavorecidas do Rio de Janeiro e São Paulo é um programa-piloto, realizado simultaneamente em duas cidades, Santo André e Rio de Janeiro, e promovido pela União Européia e Prefeituras de Santo André (São Paulo) e da Cidade do Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro, foram selecionadas pela Prefeitura, a partir de critérios por ela definidos, cinco comunidades: Vilas Benjamin Constant e Parque da Cidade, situadas na Zona Sul e Vilas São Bento, Moretti e União da Paz, localizadas na Zona Oeste da cidade.

O objetivo deste Programa é: *“desenvolver nas cinco favelas selecionadas, junto com o entorno das três que são localizadas no bairro de Bangu, intervenções físico-urbanísticas,*

sociais e econômicas, visando à sua integração aos direitos da cidadania.”⁸ O objetivo específico é *“a reestruturação e urbanização das favelas escolhidas, reduzindo a exclusão social que as caracteriza e fortalecendo a iniciativa social”*⁹.

Para atingir estes objetivos, o Programa de Apoio às Populações Desfavorecidas do Rio de Janeiro, **“APD-Rio”**, prevê o desenvolvimento de atividades organizadas em quatro componentes: Habitat, Trabalho e Renda, Crédito e Desenvolvimento Social. Para tanto, foi elaborado um relatório, o **“Diagnóstico Rápido Participativo”**, como um Componente do Desenvolvimento social, tendo como foco o fortalecimento das organizações comunitárias e o desenvolvimento da participação do cidadão, visando o seu desenvolvimento sustentável.

Este é o resultado de um diagnóstico rápido, feito com a participação ativa da população-alvo, contendo dados qualitativos sobre a comunidade: sua história, sua cultura, sua visão, seu cotidiano, seus moradores.

O relatório é produto de uma parceria realizada entre a Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE/RJ) e o Observatório de Políticas Públicas e Gestão Municipal do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ. Formou-se assim uma equipe que aliasse a vasta experiência de duas organizações não governamentais há muito tempo inseridas no movimento comunitário ao campo teórico das idéias e reflexões.

A partir deste diagnóstico, ou seja, da realidade da comunidade, foi possível traçar uma série de propostas de ações integradas e articuladas entre comunidade, sociedade civil organizada e poder público que tem como fim a superação do quadro de exclusão e a integração social, econômica e política das populações desfavorecidas.

O **“DRP”**⁸, surgiu inicialmente no meio rural, onde foi construído e estruturado após sucessivas experiências. A sua utilização no meio urbano ainda é bastante recente e de caráter ainda experimental, e foi utilizado no processo de elaboração dos cinco diagnósticos.

Para a realização deste trabalho foram montadas três duplas de pesquisadores de campo constituídas de um agente social com experiência em atuação em comunidade e um técnico

⁶ Plano Operativo Global do Programa de Apoio às Populações Desfavorecidas do Rio de Janeiro.

⁸ Diagnóstico Rápido Participativo.

de nível superior, com formação em planejamento urbano. Cada comunidade conviveu durante aproximadamente 45 dias com uma dupla. Os pesquisadores, a cada visita, produziam “Diários de Campo” que foram sendo sistematizados no escritório. Toda semana, estes relatórios bem como a sistematização dos dados eram amplamente debatidos por todos em reuniões da equipe. Foram realizados, ainda, dois Seminários com a participação ampliada a outros pesquisadores e colaboradores das entidades parceiras para discussão do “Diagnóstico” e das “Propostas de Ações Integradas”.

As etapas cumpridas foram:

1. Levantamento de dados secundários: mapas, documentos fornecidos pela Unidade de Gestão do programa, textos de referência, etc.
2. Conhecimento dos objetivos do Programa e dos produtos pretendidos. Identificação dos dados a serem pesquisados. Elaboração de material para a pesquisa de campo: diários de campo, relatórios de campo, relatórios de observação, relatórios de entrevistas, roteiros de observação e de entrevista, e fotos.
3. Formação da equipe de campo.
4. Reunião de orientação da equipe de campo.
5. Trabalho de Campo.
6. Reuniões semanais com toda a equipe. Sistematização dos Dados.
7. Seminários ampliados.
8. Participação no seminário realizado na Prefeitura.
9. Redação do Relatório Final.
10. Assembléias nas comunidades para discussão do DRP.

No trabalho de campo, foram utilizadas as seguintes técnicas: entrevistas semi-estruturadas, caminhadas para reconhecimento da comunidade (travessias), observação participante, bate-papos informais, vivências, atividades de desenho e pintura com as crianças, caixa de sugestões e reuniões com os moradores.

O tempo foi, sem dúvida, a principal dificuldade encontrada para a execução do DRP. Estabeleceu-se um contato “inicial” com as comunidades muito importante, abrindo perspectiva para um trabalho em conjunto que possibilite a participação acima colocada. Mas há ainda, um longo caminho a se percorrer.

2.1 - Histórico da ocupação e aspectos culturais:

A Vila Moretti é uma comunidade à beira da estrada da Água Branca em Bangu. A terra hoje ocupada pela Vila é provavelmente remanescente do território da Fábrica Bangu, que promoveu a ocupação urbana da região. Outro momento marcante da ocupação da região foi na década de 60, quando a política empreendida pela administração do governador Carlos Lacerda, de remoção de favelas, resultou na construção das Vilas Kennedy, em Senador Camará, Esperança, em Vigário Geral e Aliança, em Bangu. Esta última vizinha à Moretti é uma referência geográfica para os moradores.

A Vila Moretti tem uma história de ocupação relativamente recente - do final da década de 80 - resultado da vitória de uma luta dos seus moradores, que fizeram várias invasões e sofreram várias ameaças até conquistarem o seu lugar. A história da vila foi contada pelos seus moradores mais antigos, Dona Sueli, seu Jorge, Dona Maria, seu Jorge Barros, Dona Conceição, Dona Balbina, ...

Seu Jorge, hoje dono de birosca e um dos fundadores da Associação de Moradores, conta que a vila foi fundada a partir de uma invasão no terreno da "família Moretti" em 1987 (provavelmente se referindo à Ação Cristã Vicente Moretti, uma fundação localizada em Bangu que atende a deficientes físicos). À invasão, sucederam-se muitas lutas para a permanência na área, envolvendo o povo e a polícia.

Dona Balbina relata a invasão na qual ela participou, juntamente com outros moradores. Segundo ela, *"eram ao todo 12 famílias que ocuparam o terreno que pertencia aos Moretti. Na área só existia mato e um grande charco. Foram ocupando a parte de trás, deixando o mato alto na frente para a estrada da Água Branca até que as casas estivessem prontas e fosse mais difícil tirá-los dali. Quando a frente foi descoberta, ali já viviam 50 famílias. Ficaram na estrada do Engenho por mais ou menos 3 meses até que conseguiram aos poucos ir demarcando os terrenos em regime de mutirão. A demarcação foi feita de maneira organizada para que, no futuro, a ocupação não ficasse com aspecto de favela."*

Dona Balbina e Dona Sueli (ex-moradora e ex-presidente da Associação, reconhecida como uma liderança que conseguiu muitas melhorias para a Vila) conseguiram a primeira e precária instalação da rede de água da CEDAE - e que é a única existente até hoje - e a

primeira instalação de luz. Ela e Sueli percorriam as ruas com megafones avisando das reuniões, dos dias de vacina e outros comunicados importantes. João Passos, da FAFERJ, e o deputado Aloísio de Oliveira teriam auxiliado na negociação do terreno dos Moretti garantindo a permanência das famílias na área.

Segundo seu Jorge, na época existiam muitas comissões e muitas reuniões. A Associação de Moradores foi criada logo após a invasão, sendo a sede construída em regime de mutirão pelos moradores, com a doação do material pela Fundação Leão XIII. A questão fundiária parece até hoje não ter sido resolvida, embora seu Jorge cite que a comunidade ganhou diversas causas na Justiça. Seu Jorge fala ainda que, além dos Moretti, existiriam mais dois donos daquela área.

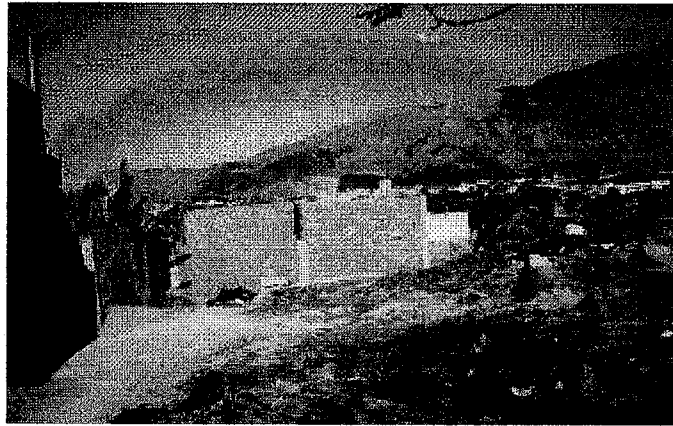
Em visita à Ação Cristã Vicente Moretti (ACVM), a equipe teve a informação de que a área ocupada era inicialmente de um sítio (particular), quando por volta de 1983/84 teria sido desapropriada pelo prefeito Marcos Tamoio e doada para a ACVM, cujo presidente na época era Aurino Costa. As invasões começaram a ocorrer em 1987. Depois de sucessivas tentativas os moradores conseguiram se estabelecer na área; o terreno foi, então, desapropriado pela Prefeitura que, segundo informaram, não indenizou a ACVM até hoje.

2.2 - Características físico-urbanísticas:

Situada em Bangu a Vila Moretti é uma comunidade (relativamente próxima do seu centro), com uma população estimada de 1659 pessoas que reside em 459 domicílios particulares⁹. A vila é limitada pela estrada da Água Branca, pelo rio (um afluente do rio Sarapuí) e por um loteamento que surge no final da comunidade na travessa União e que, apesar de estar “colado” na mesma, não faz parte nem da Vila Moretti nem do projeto ora em discussão¹⁰.

⁹ Segundo os resultados da pesquisa de domicílios realizada de março a junho de 1999 pela Sociedade Científica da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (SCIENCE) para o PAPD, APD - Rio

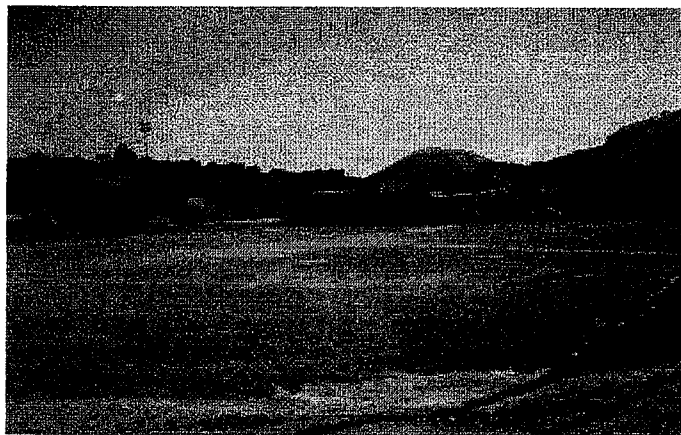
¹⁰ Neste loteamento parece ter havido já um conflito fundiário envolvendo supostos proprietários, a Caixa Econômica e moradores que já haviam iniciado suas casas.



Loteamento que surge na Travessa União

As ruas da vila refletem a história de luta e conquista dos moradores nos nomes, por eles escolhidos: rua da Esperança, rua da Amizade, rua União, rua Liberdade,...¹¹

Estrada e rio constituem-se em importantes referenciais urbanos e barreiras à expansão da ocupação. Outra referência marcante na comunidade é o campo de futebol, de tamanho imenso se comparado à vila e, segundo informaram, anterior à ocupação. O campo, pelo seu tamanho, domina boa parte da área frontal da Vila Moretti, a área que dá para a estrada da Água Branca e é utilizado muito mais pelo público externo do que pelos próprios moradores.



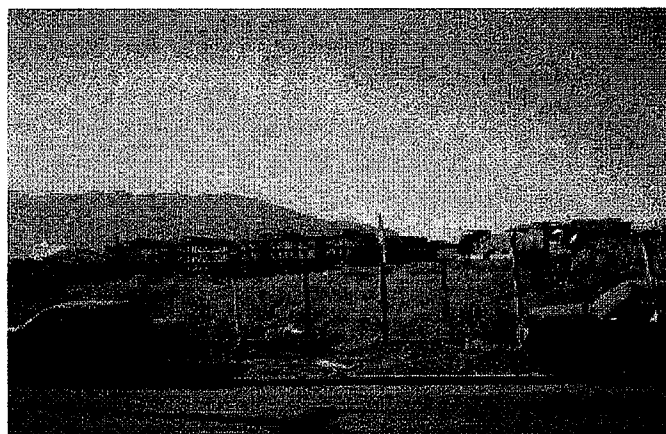
Campo de futebol

¹¹ Curiosamente, a rua "Albuquerque" é a única que destoa; segundo informaram, "Albuquerque" era o nome do cachorro de um italiano que morava nesta rua...

A principal característica urbana desta ocupação é que a distingue das demais do Programa APD-Rio é o parcelamento - feito pelos moradores na ocasião da invasão - bem definido quanto a ruas, travessas e lotes. Em função disto, boa parte das ruas da comunidade permitem o amplo acesso a veículos e muitos lotes possuem ainda amplos quintais, além de facilitar a implantação da infra-estrutura urbana. A organização comunitária possibilitou uma ocupação ordenada do solo urbano que se refletirá na facilidade do projeto, no seu menor custo e em melhores condições de vida para o morador. O parcelamento e a grande área livre ainda possibilita uma rápida integração da comunidade ao bairro.

A vila tem um pequeno aclave; a parte alta e a da beira do rio são as áreas mais carentes da comunidade. Na parte alta, há necessidade de alguns pequenos muros de contenção devido a alguns cortes feitos no morro. Inexistem em toda a área praças urbanizadas, equipamentos, mobiliário urbano ou tratamento paisagístico dos espaços coletivos.

Em frente à Vila Moretti, do outro lado da estrada da Água Branca, começa a ser construído um condomínio de casas de classe média, um empreendimento da ECIA, dos Irmãos Araújo. Uma placa anuncia "Moradas de Bangu: Casas Financiadas aqui". Os moradores entrevistados vêem com bons olhos o condomínio, seja pelo fato de representar uma valorização da área, seja porque acabou com o matagal anteriormente existente e com a "desova" de cadáveres. Contudo, o condomínio pode ser um prenúncio do processo de valorização prestes a acontecer na área e que pode representar uma expulsão lenta e gradual dos atuais moradores da Vila Moretti.



Condomínio que surge em frente a Comunidade, na Estrada da Água Branca.

2.3 - A infra-estrutura urbana

O que mais caracteriza a Vila Moretti é a ausência de infra-estrutura urbana, apontada unanimemente por todos os moradores como o principal problema da comunidade.

O esgoto é a prioridade e a principal urgência: existem várias caixas estouradas vazando esgoto a céu aberto no meio de inúmeras ruas causando, segundo os moradores, um cheiro insuportável, além do perigo para a saúde, sobretudo das crianças (onde os pontos mais críticos são na rua Albuquerque e na rua Felicidade). Com a chegada do verão, a obra - ao menos paliativa, antes da obra definitiva - se tornou imperativa. É a maior aflição e necessidade hoje dos moradores.

A água também é deficiente: segundo relatos, ela só chega de madrugada e o abastecimento não é regular. A rede de água foi posta pela CEDAE, mas foram os próprios moradores que fizeram as ligações nas suas casas.

Além da água e do esgoto a comunidade reivindica a pavimentação das ruas. Quando chove, a Vila é barro e lama. O transporte no interior da vila é feito com cavalos, carroças e bicicletas. Existem alguns carros que ficam nas ruas, pois a maior parte das casas não tem garagem.

Quanto à luz, foram recentemente instalados relógios novos, dentro do "Projeto Baixa Renda". Apesar disto, inúmeros moradores reclamaram que estão recebendo contas altas, com o valor de R\$70,00.

Existem apenas dois aparelhos telefônicos públicos em toda a comunidade: um na Associação de Moradores e outro num estabelecimento comercial na estrada da Água Branca. Há ainda o sistema Combratel de telefonia que atua no sistema de PABX, mas é bem mais caro que o de outras companhias. A Telemar já mandou as cartas para a assinatura, mas ainda não houve nenhum tipo de resposta para a instalação.

A coleta de lixo é feita às terças, quintas e sábados. Existe um trator que entra em algumas ruas e um gari que entra regularmente na comunidade para varrê-la, mas a administração deste serviço é feita pela Associação de Moradores de Nova Aliança. A equipe verificou a

existência de sacos de lixo entulhados nas margens do rio e também lixo sendo jogado diretamente no afluente do Sarapuí.

Há pouco tempo foram feitas – conforme placa no local – as obras de canalização do rio Sarapuí e a dragagem do afluente da margem direita, que é o rio que limita parte da comunidade. Este rio faz limite com vários terrenos e, em alguns casos, com as edificações. Recentemente, devido às notícias sobre o projeto, vários barracos estão sendo erguidos no final da rua Liberdade. As casas à margem do rio são objeto de preocupação da comunidade que teme pela saída destes moradores.

2.4 - Características econômico-sociais da população local

A população da Vila Moretti está constituída em 495 famílias distribuídas em 459 domicílios, representando uma média de 3,7 moradores por domicílio, segundo os dados fornecidos pela pesquisa sócio-econômica realizada pela SCIENCE¹², de março à junho de 1999 na comunidade. Desta pesquisa, podemos extrair informações importantes, dados estatísticos que, somados às observações de campo e às diversas entrevistas realizadas, permitem traçar um perfil da comunidade.

A maior parte dos moradores são originários do próprio Estado do Rio de Janeiro (79,7% das pessoas residentes)¹³. O restante é proveniente de estados do nordeste e do sudeste, basicamente.

Tabela 1

Mulheres	52,7%	Mulheres chefes de família	37%
Homens	47,3%	Homens chefes de família	53,0%
Total	100%	Total	100%

A presença feminina está expressa nas lideranças novas e antigas: Dona Maria de Lourdes, atual presidente da Associação de Moradores, Dona Balbina, Dona Sueli, Dona Conceição.

¹² A SCIENCE, Sociedade Científica da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, realizou esta pesquisa sócio econômica para o Programa de Apoio às Populações Desfavorecidas, APD-Rio, gerando o documento "Resultados da Pesquisa de Domicílios. Comunidade: Vila Moretti. Versão Preliminar, Junho 1999".

¹³ PCRJ, Comissão Europeia, SCIENCE. Programa de Apoio às Populações Desfavorecidas: Pesquisa Sócio-Econômica. Resultados da Pesquisa de Domicílios. Comunidade: Vila Moretti. Versão Preliminar. Rio, junho/1999.

Tabela 2

Moradores com menos de 15 anos	35,8%
Moradores entre 15 e 19 anos	11,1%
Moradores entre 20 e 39 anos	31,5%
Moradores com mais de 39 anos	21,6%
Total	100%

Esta população jovem tem poucas opções de lazer, de atividades culturais ou de educação profissional, que venham a não só capacitá-lo para sua inserção no mercado de trabalho, mas também ocupar produtivamente o seu tempo, tirando-o das ruas (tendência esta cada vez mais predominante).

A população da vila se caracteriza também por um nível de escolaridade e uma renda familiar baixos, principalmente quando comparados aos das duas comunidades da Zona Sul atingidas pelo Programa, e um nível de desemprego alto.

Existem 140 moradores que não sabem ler e escrever (10,2% da população total). um indicador de que as ações de educação na comunidade são fundamentais.

Tabela 3

Moradores com + de 18 anos e s/ instrução	10,3%
Moradores com + de 18 anos e até a 4ª série	35,6%
Moradores com + de 18 anos e até a 8ª série	36,8%
Moradores com + de 18 anos e até a 2º grau	16,0%
Moradores com + de 18 anos e + que 2º grau	1,4%
Total	82,7%

A renda domiciliar per capita mensal dos moradores é de R\$131,53 e a renda média mensal das pessoas de 15 anos ou mais, ocupadas, é de R\$334,86. O índice de desemprego na comunidade em abril de 1999 foi de 10,5%, considerando as pessoas residentes com 10

anos ou mais de idade. Portanto, mais da metade das pessoas ocupadas ganham menos de dois salários mínimos.

Tabela 4

Moradore c/ + de 15 anos s/ renda	1,7%
Moradore c/ + de 15 anos c/ até 1 sal. mín.	17,4%
Moradore c/ + de 15 anos de 1 a 2 sal. mín.	34,2%
Moradore c/ + de 15 anos de 2 a 3sal. mín.	21,4%
Moradore c/ + de 15 anos de 3 a 5 sal. mín.	17,9%
Moradore c/ + de 15 anos de 5 a 10 sal. mín.	7,5%
Total	100%

Os moradores trabalham principalmente no setor de serviços, que mobiliza 54% das pessoas com 10 anos ou mais ocupadas; 15,8% no comércio; 12% trabalham na construção civil; 9,2% na indústria; e 3,8% no transporte¹⁴. A grande maioria dos moradores trabalha no setor de serviços. A maior parte dos entrevistados pela equipe do “DRP” afirmou que não existem atividades econômicas predominante na comunidade; todo mundo ou “faz bico”, ou tem algum tipo de pequeno comércio dentro da comunidade ou trabalha fora. Muitas mulheres trabalham como diaristas, empregadas domésticas ou, ainda, lavando roupa para fora (em várias casas encontra-se uma placa de “vende-se cloro”).

Na própria vila são ofertados diversos serviços: reforço escolar, cabelereira, manicure, pedicure, conserto de eletrodomésticos, mecânica de automóveis, lanternagem e pintura. Voltada para a estrada da Água Branca, há uma mecânica de automóveis (injeção eletrônica), uma loja de esquadrias de alumínio e, bem próximo, na rua da Felicidade, um Hospital de Autofalantes e o “JJ Studio – DJ’s” oferecendo som para festas e eventos. Na região existem muitas oficinas mecânicas, lojas de peças de automóveis e de outros serviços automotivos, um potencial que pode vir a ser explorado pela comunidade na produção de alternativas de trabalho e geração de renda.

¹⁴ Ibid.

O comércio local é constituído de bares, biroskas, pequenos armazéns, sacolão, loja de material de construção, venda de gás, de pipas e de fitas evangélicas. Os moradores costumam fazer compras em supermercados de Bangu, sendo o Guanabara foi o mais citado.

Na comunidade há uma família inteira de pessoas que trabalham na área de saúde, sendo a sua maior parte auxiliares de enfermagem, além de Dona Aparecida, que é enfermeira. Reside na comunidade ainda uma outra enfermeira, Dona Mariléia, que trabalha para a Prefeitura.

Há um tempo atrás a Associação de Moradores tentou desenvolver com as mulheres uma atividade artesanal (com a possibilidade de venda), mas, segundo informaram, a atividade não foi para a frente devido à impossibilidade de comparecimento das mulheres às reuniões. Existem muitas doceiras e costureiras na comunidade. Dona Maria Dalva é costureira, desempregada e esposa de seu Newton, mas faz também doce e salgado para fora. Dona Dalva gostaria de criar uma cooperativa de costureiras juntamente com outras mulheres costureiras da comunidade.

Para a comunidade, a violência não é vista como um problema para a grande maioria. Segundo disseram, a convivência com os “bandidos” é tranqüila: *“eles só aparecem quando há algum problema em outras comunidades, como Vila Nova Aliança, mas somente para se esconder ou, então, para jogar futebol nos finais de semana.”*

2.4 - Organização comunitária e atuação de entidades no local:

Apesar da história da Vila Moretti ser uma história de organização comunitária, a luta anda um pouco perdida. As antigas lideranças já não atuam mais na Associação e há necessidade de uma participação ativa dos moradores.

A criação da Associação de Moradores remonta à 4 de julho de 1989, como consta na parede da sede própria, na rua da Felicidade (seu Jorge, da birosca em frente, afirma que a Associação foi criada antes, logo após a ocupação da área). A atual presidente, Dona Maria de Lourdes, entrou em 1995 e é uma pessoa bastante contestada na comunidade, embora várias pessoas apoiem seu trabalho. A divisão pode ser oriunda do fato da Dona Maria de Lourdes ter sucedido seu Jorge, pai de Roberto que toma conta do campo, sem ter havido

eleições para presidente da Associação. Parece que ela foi colocada pelo seu Jorge Barros e, posteriormente, seu nome foi confirmado pela FAFERJ. A liderança de Dona Maria de Lourdes é, portanto, contestada por alguns. São reivindicadas mais reuniões e assembleias, amplamente divulgadas.



Associação de Moradores

A Associação tem sede própria, cobra uma taxa de R\$3,00 por mês por associado. Mantém uma secretária que atende o telefone público e chama o morador solicitado. Parte da comunidade - os moradores da rua Albuquerque - integra outra Associação de Moradores, a da Vila Aliança, devido a lá existir um posto de saúde que atende à demanda também da Vila Moretti.

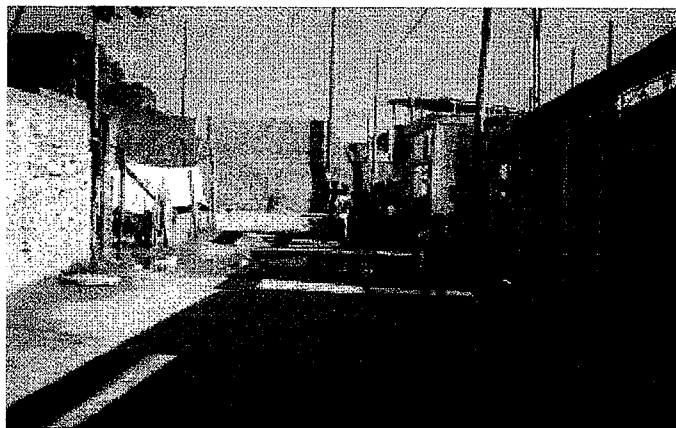
A diretoria da Associação está assim composta hoje:

- Dona Maria de Lourdes – presidente da AM
- Antônio Matias – vice presidente
- Judite da Silva Santos – 1ª secretária
- Edvaldo Bezerra Filesmino – 2º secretário
- Mery Lucia da Penha Coutinho – 1ª tesoureira
- Maria José de Souza – 2ª tesoureira
- Jorge Barros – 1º procurador
- Cândida Maria de Souza Serrão (advogada de Vila Aliança) – 2ª procuradora
- Jair Pereira de Souza – diretor de patrimônio
- Geraldo Belisário – 1º conselheiro fiscal
- Roberto Freire Dias – 2º conselheiro fiscal

A participação na Associação e nas reuniões é basicamente de mulheres: nas reuniões, o único homem presente normalmente é seu Sebastião, amigo de Dona Maria de Lourdes. Próxima à vila, na Paróquia de São Lourenço, há um Centro Comunitário de Defesa da Cidadania (CCDC), coordenado pela Ana e assessorado pela Zica, que oferece oficinas de dança, teatro e música. Além das oficinas o CCDC oferece inúmeros serviços: médicos e dentistas (convênio com o exército), bombeiros, Alcoólicos Anônimos, Ação da Cidadania Esperança e fé – ligada a AIDS, Carteira de Identidade e do DETRAN para quem não pode pagar pelos documentos, Santa Casa para velórios e sepultamentos, um posto do INSS e outro da Fundação Leão XIII. A Paróquia de São Lourenço, com cursos para o trabalhador e o CCDC são as duas entidades atuantes no local que desenvolvem um trabalho que atinge diretamente a comunidade da Vila Moretti.

2.5 - Problemas e potencialidades da comunidade:

Como já foi mencionado, principal problema que a Vila Moretti enfrenta é em relação à infra-estrutura do local, que é bastante deficitária. Todos os moradores apontam o esgoto e a água como a prioridade da comunidade, seja nas entrevistas, nas caminhadas informais ou na caixa de sugestões. Na pesquisa quantitativa realizada pela SCIENCE a infra-estrutura também aparece como o principal problema existente para 83% das pessoas de referência do domicílio.



Esgoto na Rua Albuquerque

Depois do esgoto e da água que são emergenciais, a pavimentação é o item de infraestrutura mais solicitado. É necessário também iluminação pública e, além disso, foram instalados relógios em casas de madeira na beira do rio, erguidas depois do levantamento feito pela Prefeitura para o Programa.

Alguns moradores solicitaram coleta diária de lixo (hoje é feita dia sim, dia não) e a equipe observou alguns pontos com pequenos depósitos de lixo, principalmente à margem do rio e na parte alta, as áreas mais carentes da vila.

As casas na margem do rio são também objeto de preocupação de todos: os moradores temem pela saída; ao mesmo tempo que novas casas de madeiras estão sendo erguidas em áreas de risco em potencial. Somado a isto o lançamento de lixo in natura no rio contribui para a deterioração da qualidade de vida na região.



Casas na margem do rio.

A necessidade de creche foi outra demanda apontada pelos moradores sobretudo pelas mulheres que, como não tem com quem deixar os filhos, ficam impossibilitadas de trabalhar. Embora alguns moradores tenham colocada a necessidade de escola e posto de saúde, nenhum dos dois é demanda prioritária para a comunidade.

O campo de futebol é um problema mas, simultaneamente, uma potencialidade. Como o campo não é usado pelos moradores, ele tem que ser novamente apropriado pela comunidade, possibilitando a implantação de uma área de esporte, cultura, educação e lazer

na vila. Mesmo com esta imagem de local de férias dos “bandidos”, no entanto, a Vila Moretti não é uma vila violenta.

Esporte, cultura, educação e lazer são carências de toda a região e são elementos que podem e devem vir juntos. Faltam atividades esportivas, culturais, de educação - fundamental e profissional - e de lazer que conjugadas e articuladas, desenvolvam o jovem adolescente transformando-o num cidadão.

Além do generoso campo, a forte história comunitária é outro ponto que se destaca da comunidade da Vila Moretti. É elemento de identidade, coesão e unidade e, portanto, fundamental de ser resgatado.

Alguns grupos em processo de organização abrem horizontes para futuras ações, como o caso de Dona Maria Dalva, costureira que quer formar com outras mulheres costureiras uma cooperativa e jovens que querem se juntar para fazer aparelhos de ginástica perto do campo para “malhar”.

O entorno da vila apresenta também várias possibilidades importantes de serem aproveitadas na implementação da próxima etapa do Programa. Existe um grande potencial de escolas que podem ser aproveitadas para a execução de cursos de formação e capacitação e para o desenvolvimento de atividades de extensão que venham a integrar escola-comunidade. Além disso, duas importantes instituições próximas já vem atuando junto à vila em ações de qualificação profissional e de resgate da cidadania, a Paróquia de São Lourenço e o CCDC. No entorno mais amplo destacam-se o SENAC, a AMAJA e o Colégio GET, que estão mais perto das vilas São Bento e União da Paz, estas duas que identificamos como outro grande potencial: de características similares à Moretti, estando as duas incluídas no Programa APD-Rio e mobilizadas podem ser desenvolvidas atividades em conjunto, possibilitando a integração e o aproveitamento ótimo das ações do Programa.

2.6 - Propostas de ações integradas:

Inicialmente, foi elaborado um “Plano de Intervenção”, que estando muito mais próximo da idéia de uma ação interventora, vertical, do que de um conjunto de ações integradas no campo urbano, econômico e social que, articulado ao poder público estatal, e o conjunto da população, promova a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento econômico e

social da comunidade. Foi renomeado, passando a se chamar “Propostas de Ações Integradas”.

As “Propostas de Ações Integradas” apontam inicialmente para um conjunto de ações definidas a partir das principais demandas da comunidade identificadas no “DRP”, , que buscam integrar a ação físico-urbanística com a ação de promoção do desenvolvimento econômico, social e político da comunidade. São, na verdade, propostas iniciais ou caminhos de atuação em conjunto, com o poder público e população, em direção ao resgate da cidadania dessa população mais excluída, o que implica não só nas melhorias de condições de vida, mas na participação do morador como sujeito atuante das mudanças em sua comunidade, em sua vida.

O que foi apresentado no diagnóstico são apenas propostas iniciais porque pressupõe-se ainda que o “DRP” será amplamente debatido com a população e que, a partir daí, poderão ser traçadas efetivamente as diversas linhas de ação a serem implementadas.

A partir da realidade específica da Vila Moretti, foram identificamos alguns eixos estratégicos¹⁵ de onde partem as diversas ações integradas:

- 1. Participação e Cidadania.**
- 2. Esporte, Cultura, Educação e Lazer.**
- 3. Geração de Trabalho e Renda.**
- 4. Assistência Social.**

1. Participação e Cidadania.

A participação é o eixo fundamental de todo o processo. É a partir da participação e do engajamento do conjunto da comunidade que depende o sucesso: das ações a serem implementadas, da transformação do quadro de exclusão social e do próprio programa APD-Rio. É, portanto, estratégica a “participação engajada” dos moradores, o que só é possível na medida que estes espaços sejam criados e que as deliberações deles provenientes sejam efetivamente encaminhadas e implementadas na comunidade. A participação assim entendida é o próprio processo de construção da cidadania.

¹⁵ Que também pode ser denominado de “Linhas Gerais de Atuação”.

Para que isto seja possível é necessário o envolvimento da comunidade desde o início do processo. Foram propostos, então, a formação de um grupos locais de referência para discussão de todo o Programa APD-Rio e das ações decorrentes deste junto à Unidade gestora do projeto e à Prefeitura. Esta proposta responde à uma demanda da própria comunidade, que vem demonstrando o desejo de acompanhar o projeto e de discuti-lo.

Este grupo local teria um papel fundamental, de formulação de propostas, discussão destas com a Unidade de Gestão e Prefeitura, bem como com a comunidade e de articulação entre as diversas instâncias: poder público - esferas federal, estadual e municipal -, entidades e instituições do entorno, Organizações Não Governamentais (Ong's), moradores, etc.

A composição deste grupo deve ser discutida pelos próprios moradores. Alguns critérios básicos devem, porém, ser definidos, de forma a assegurar a pluralidade da representação, ou seja, garantir a participação dos diversos segmentos sociais e culturais da comunidade.

Critérios básicos para a formação do grupo de referência

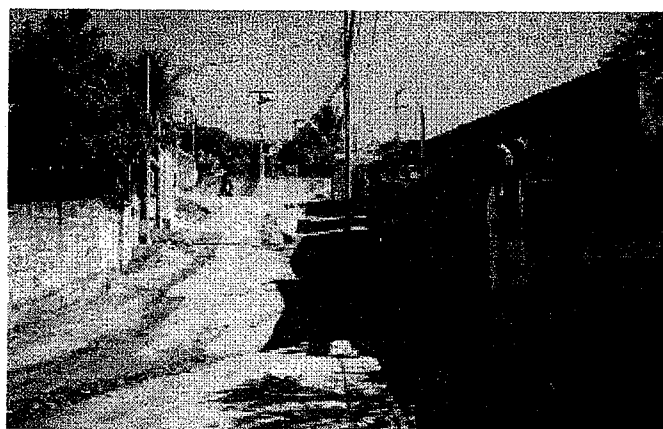
1. Composição paritária entre homens e mulheres, garantindo assim que as mulheres - que tem demandas bastante diferenciadas dos homens - não sejam excluídas do processo e, mais do que isto, que participem em condições de igualdade.
2. Participação das lideranças formais da comunidade. Por exemplo, do presidente da Associação de Moradores, assim como membros da diretoria (a participação das lideranças formais nunca poderá ser superior em número à participação dos demais representantes).
3. Participação das lideranças informais da comunidade. Por exemplo, pessoas que organizam atividades de esporte e lazer, pessoas cuja experiência e sabedoria tornaram-na referência comum, etc.
4. Participação dos jovens;
5. Participação de representantes de grupos étnicos e culturais específicos da comunidade.

6. Participação de representantes de grupos minoritários existentes na comunidade.

A partir da formação deste grupo, várias discussões - que já estão presentes - podem ser encaminhadas. A primeira delas é a discussão do projeto urbanístico a ser desenvolvido em breve pelo Programa APD-Rio.

Na vila as principais questões que aparecem sobre o projeto urbanístico dizem respeito:

- à implantação da infra-estrutura urbana da vila: água, esgoto, drenagem das águas pluviais, luz, iluminação pública, rede de telefonia;
- à urbanização do campo e construção de uma vila olímpica, garantindo a sua efetiva ocupação pela própria comunidade;
- ao estudo de uma solução para as casas à margem do rio;
- ao tratamento paisagístico da vila buscando dar unidade entre a vila e o bairro;
- à construção de uma rampa na escada da travessa Liberdade (os moradores fizeram um abaixo assinado fazendo esta solicitação);
- à necessidade de arborização da área.



Afloramento de esgoto na rua da Felicidade

Todas estas questões envolvem não só o projeto urbanístico mas, também, como não poderia deixar de ser, passam pelas ações sociais, integrando-se com outros eixos estratégicos.

O grupo de referência local é essencial para se iniciar uma articulação entre as comunidades de Vila Moretti, São Bento e União da Paz, visando o desenvolvimento de uma ação integrada, potencializando assim os pontos fortes encontrados em cada vila. Esta opção estimularia mobilizar mais ainda as comunidades e promover a troca entre elas, fortalecendo assim o movimento comunitário.

É fundamental também, além de retomar a discussão de regularização fundiária, garantindo a emissão do título de propriedade, documento de cidadania.

2. Esporte, Cultura, Educação e Lazer.

Esporte, cultura, educação e lazer podem se integrar, aproveitando o potencial enorme do espaço existente, através de um elemento único: a Vila Olímpica. Na Vila Olímpica seriam desenvolvidas atividades no campo do esporte, da cultura, da educação e do lazer, visando formar jovens e adolescentes cidadãos. A Vila Olímpica seria uma devolução à comunidade de um espaço público que a ela pertence.

É fundamental também uma ação geral de educação na comunidade: tanto de educação básica (alfabetização de adultos, 1º grau e 2º grau), quanto de educação ambiental e sanitária. A alfabetização de adultos e o 1º grau para adultos são ações importantes de serem desenvolvidas na própria vila. Já o 2º grau, existe uma demanda que é de toda a região: a de cursos noturnos na rede pública.

A educação ambiental/sanitária deve ser feita na própria comunidade, mas também juntamente com os professores da rede pública da região. Devem ser abordados temas como: água e saneamento básico, meio ambiente, lixo e reciclagem de lixo, higiene e cuidados com a saúde.

3. Geração de Trabalho e Renda.

A geração de trabalho e renda começa através do próprio projeto. As obras a serem implementadas através do Programa APD-Rio absorverão mão de obra, mão de obra esta que estamos propondo que venha da própria comunidade, quando nela existente. Para isto, é necessário o cadastramento dos pedreiros, mestres, bombeiros, marceneiros, serralheiros,

serventes, etc, moradores da comunidade e, principalmente, inclusão deste item no edital de licitação da obra. Pode-se pensar num programa de capacitação desta mão de obra absorvendo outros moradores também, que seja anterior à própria obra e que venha promover a formação de uma cooperativa de serviços na área. Para os cursos de capacitação pode-se aproveitar a capacidade instalada de instituições do entorno para ministrarem estes cursos, como a Paróquia de São Lourenço, a AMAJA, o SENAC, o Colégio GET e outros.

Deve-se aproveitar o potencial da área de mecânicas de automóveis e lojas de serviços automotivos buscando qualificar mão-de-obra neste setor.

As ações de capacitação e qualificação profissional podem ser desenvolvidas em conjunto com as outras duas vilas, assim também como a discussão de uma cooperativa de serviços que absorva esta mão-de-obra após a conclusão das obras.

Portanto, o gancho para a discussão de novas formas associativas de geração de trabalho e renda e para a montagem de uma cooperativa que pode ser de costura ou uma cooperativa mais ampla, que envolva outras formas de produção. Na formação dos cursos, deve-se atentar para a disponibilidade de horário das mulheres, por exemplo, muitas mães tem horário livre somente na parte da tarde, quando o marido está no trabalho e as crianças na escola.

As ações de formação e qualificação profissional podem ser pensadas, dada a proximidade geográfica e social, de forma integrada para as três comunidades, sendo ofertados cursos para os moradores das três vilas.

4. Assistência Social.

É de fundamental importância a implantação de uma creche que atenda às inúmeras crianças da comunidade. A mão-de-obra necessária para a implementação da creche pode ser absorvida na própria comunidade, aproveitando as “mães crecheiras”.

Além da creche, há demanda também para um trabalho de prevenção na área de saúde. A Vila Moretti dispõe de diversos profissionais na área de saúde que podem ser absorvidos pelo Programa. Além destes, pode-se pensar na capacitação de moradores para atuarem como auxiliares de enfermagem e agentes comunitários de saúde.

III – CONCLUSÃO

No Programa APD-Rio, a participação em todo o processo, a formação do grupo de referência local e a sua efetiva atuação é o exercício da cidadania entendida enquanto uma cidadania ativa, ou seja, o exercício pelo morador da sua capacidade de intervir, agir e mudar a realidade que, na verdade, é a sua própria vida. A melhoria das condições físicas é fundamental mas só ela não garante a transformação do indivíduo e da sua condição de exclusão. Somente um conjunto de ações, físico-urbanísticas e sociais, integradas, pode produzir mudanças significativas, que revertam o quadro de exclusão social em que as populações desfavorecidas estão inseridas. O conjunto destas propostas de ações integradas deverá agora ser amplamente debatida na comunidade, para que se possa iniciar, após o “DRP”.

A utilização de um “DRP” pressupõe duas idéias: a de fazer um diagnóstico rápido, que se aproxime o máximo possível da realidade, e a de que seja participativo, ou seja, envolva o objeto de estudo na ação, de forma a transformá-lo em sujeito.

A opção por este tipo de abordagem tem duas justificativas: a primeira vincula-se aos objetivos do Programa APD-Rio e, a segunda, às concepções de políticas públicas da equipe envolvida.

As principais características do Programa APD-Rio,

*“criação de mecanismos de participação comunitária,
estímulo à construção de parcerias entre a sociedade civil e o poder público,
aproveitamento dos investimentos realizados pela população,
fortalecimento das iniciativas sociais locais e valorização das melhores
práticas,
abordagem integrada e interdisciplinar, (...)”¹⁶,*

já se explicam por si: não é possível participação, parceria, aproveitamento de investimentos e iniciativas locais sem o envolvimento do morador. Assim como também não existe desenvolvimento auto-sustentado da comunidade, reversão do quadro de exclusão e resgate da cidadania ativa sem a mobilização, o engajamento e a participação dos moradores.

O objetivo do DRP vai além, portanto, da simples produção dos diagnóstico. Ele é um instrumento de mobilização e de organização da comunidade para a discussão de sua situação e reflexão de caminhos para a transformação da sua realidade, expresso nas “propostas de ações integradas”. Nesta compreensão a comunidade é mais do que “público-alvo”, ela é sujeito ativo construindo e exercendo sua cidadania.

Por isso, esta abordagem é de caráter qualitativo, o que permite o uso de técnicas diferenciadas e de processos menos formais de construção do conhecimento, que contribuam para a compreensão da realidade local.

¹⁶ Programa de Apoio às Populações Desfavorecidas nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro. Habitat. Trabalho e Renda. Microcrédito. Desenvolvimento Social.

Referências bibliográficas:

PARISSE, L. Favelas do Rio de Janeiro - Evolução - Sentido. Rio de Janeiro. Primeira edição. Jun 1969.

Rio de Janeiro (RJ). Prefeitura. Favela, um bairro. Propostas metodológicas para intervenção pública em favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Pro editores, 1996

Outras fontes:

Diagnóstico Rápido Participativo cedido pela Fundação de Cidadania e Direitos Humanos Bento Rubião.

Entrevistas realizadas na Comunidade Vila Moretti

Fontes referentes ao Favela-Bairro, material cedido pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e pela Secretaria Municipal de Habitação